

AMAZÔNIA SEM LEI

EUA cobram solução do caso

Governo Biden e parlamentares democratas não se satisfazem com confirmação da morte de Dom e Bruno e suspeitos presos

» VICTOR CORREIA

Chip Somodevilla/Getty Images/AFP



Linda Thomas-Greenfield pediu uma investigação aprofundada. Ela ressaltou que é preciso saber o que está acontecendo na Amazônia

O governo americano cobrou, ontem, prestação de contas pelos assassinatos do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista Bruno Araújo Pereira, mortos na região do Vale do Javari (AM). Senadores, deputados e representantes do governo do presidente Joe Biden vieram a público para pedir a resolução do crime e respostas sobre os casos de violência na floresta amazônica.

“Nossos pésames para as famílias de Dom Phillips e Bruno Pereira, assassinados por apoiar a preservação da floresta e dos povos nativos da região. Nós pedimos prestação de contas e justiça. Precisamos fortalecer coletivamente os esforços para proteger os defensores do meio ambiente e jornalistas”, disse o porta-voz do Departamento de Estado Americano, Ned Price.

A embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (ONU), Linda Thomas-Greenfield, também se pronunciou sobre o caso, e pediu uma investigação transparente. “Essa é uma questão que nós priorizamos no nosso governo: a proteção do direito dos jornalistas para que informem ao mundo, por exemplo, o que está acontecendo com os povos indígenas no Brasil”, disse.

Thomas-Greenfield defende que os conflitos na região amazônica devem ser do interesse de todo o mundo. “A nossa responsabilidade é lidar com a questão de paz e segurança. Não são apenas problemas relacionados com os governos, mas também às pessoas”, completou.

Na quinta-feira, um dia depois do anúncio pela Polícia Federal que Bruno e Dom haviam sido assassinados, parlamentares



Essa é uma questão que nós priorizamos no nosso governo: a proteção do direito dos jornalistas para que informem ao mundo, por exemplo, o que está acontecendo com os povos indígenas no Brasil”

Linda Thomas-Greenfield, embaixadora dos EUA na ONU

americanos reforçaram a pressão sobre o governo brasileiro para a elucidação do caso. O senador democrata Ed Markey, do

estado de Massachussets, pontuou que “prender os suspeitos é só o começo”. “As autoridades brasileiras devem realizar uma

investigação completa e transparente sobre as circunstâncias das mortes”, cobrou.

Ele foi um dos primeiros no Capitólio a pressionar, uma semana atrás, pelas investigações sobre o desaparecimento do jornalista e do indigenista. Já o deputado democrata e também da base de apoio ao governo Biden, Raúl Grijalva, fez um apelo para que as mortes de Bruno e Dom sejam investigadas por uma instituição independente, o que incluiria as ações do governo de Jair Bolsonaro (PL) sobre o caso.

“Existem ainda inúmeras questões em aberto, não apenas

sobre o desaparecimento em si, mas sobre as ações subsequentes tomadas pelo governo Bolsonaro”, afirmou Grijalva.

Outro deputado democrata, Mark Pocan, que também acompanha as investigações, salientou que “jornalistas deveriam estar seguros para fazer seu trabalho, não importa se estejam investigando pesca ilegal, desmatamento ilegal ou governos corruptos”.

Pressão internacional

O governo dos EUA não foi o único a pressionar as autoridades brasileiras pela resolução do

duplo assassinato. Na última quarta-feira, o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, afirmou que o Reino Unido “está pronto para oferecer toda a ajuda que o Brasil precisar” para solucionar o crime. A declaração, porém, ocorreu somente depois da pressão feita pela ex-premier Theresa May, durante uma sessão do parlamento.

Ele exigiu que o governo britânico “torne esse caso uma prioridade diplomática e que trabalhe para fazer tudo em seu poder no sentido de garantir que as autoridades brasileiras destinem todos os recursos necessários para desvendarem a verdade”.

Também a ONU exigiu do Brasil, na última quinta-feira, por meio da porta-voz de direitos humanos, Ravina Shamdasani, uma solução do crime para além de apenas encontrar e identificar os corpos de Dom e Bruno. Em nota enviada à imprensa depois da confirmação dos assassinatos, ela solicitou às autoridades brasileiras a ampliação dos “esforços para proteger os defensores dos direitos humanos e os povos indígenas de todas as formas de violência e discriminação, tanto por parte de atores estatais quanto não estatais”.

Ontem, a Polícia Federal informou, por meio de nota, que os assassinos de Bruno e Dom agiram sozinhos e que o crime não teve um mandante — a corporação também afastou a possibilidade de haver envolvimento de facções criminosas com o duplo homicídio. Os integrantes da União dos Povos do Vale do Javari (Univava) reberam a PF, também por meio de nota.

“Com esse posicionamento, a PF desconsidera as informações qualificadas, oferecidas pela Univava em inúmeros ofícios, desde o segundo semestre de 2021”, dizem os indígenas.

Homicídios avançam na região

Os assassinatos do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista Dom Phillips vão se somar à estatística de 19 mortes por conflitos no campo registradas neste ano no Brasil. Os números são da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que monitora casos de violência desse tipo. Apenas três dos homicídios em 2022 não ocorreram em estados da Amazônia Legal. Para a entidade, há uma concentração muito grande da violência naquela região.

O teólogo José Batista Afonso, advogado da CPT na diocese de Marabá (PA), afirma que o governo tem agido como uma espécie de “indutor da violência” nas políticas públicas para a Amazônia. Ele cita como exemplo o projeto de lei do Executivo que libera a mineração em terras indígenas.

“A Amazônia virou uma espécie de terra sem lei. Houve uma diminuição drástica na capacidade de fiscalização e investigação. É um prato cheio para grileiros e grupos criminosos”, lamentou.

A CPT registrou, este ano, assassinatos por conflitos no campo no Pará (quatro), Rondônia e Roraima

(três), Amazonas, Maranhão e Paraná (dois), Pernambuco, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (um). Na estatística incluem-se casos de conflitos por disputa de território e por defesa do meio ambiente.

Alvos principais

Três das vítimas eram ambientalistas, como Dom e Bruno. Márcia Nunes Lisboa, o marido dela, José Gomes, e a filha do casal, Joene Nunes Lisboa, foram assassinados em janeiro em São Félix do Xingu (PA). A família atuava há 20 anos na região, em um projeto que reintroduzia filhotes de tartarugas no rio Xingu. Até agora o governo paraense não divulgou nenhum avanço na investigação, segundo Afonso.

“Não é um caso isolado. Em casos de lideranças assassinadas, a punição é de uma para cada 10 casos. A impunidade na Amazônia é uma realidade em relação a esses crimes”, afirmou.

A maioria das vítimas, no entanto, era da população originária. Foram cinco casos, três deles na Terra Indígena Ianomâmi em

Roraima. Integrantes da comunidade denunciaram que uma menina de 12 anos teria sido estuprada e morta por garimpeiros, em abril. A Polícia Federal (PF) apura o caso. De acordo com o advogado do CPT, o perfil das vítimas mudou. “Nos últimos anos, as vítimas eram sem terra, que lutavam por acesso um pedaço de chão. Hoje, a maioria dos casos é de indígenas, quilombolas e populações que não estão lutando para ter acesso à terra, e sim para manter uma terra já conquistada”, explicou.

Outros alvos de violência foram sem terra (três casos), assentados, quilombolas e pequenos proprietários (dois), e um posseiro.

De acordo com o relatório mais recente da CPT, foram 35 assassinatos por conflitos no campo em 2021. A entidade afirma que o número de episódios vem aumentando desde 2019. A alta pode ter uma série de explicações, como “o desmonte dos órgãos de fiscalização do trabalho, do desmatamento, da mineração ilegal, do meio ambiente, das atividades predatórias da natureza”.

Reprodução/Rede Sociais



Morte de Bruno atesta insegurança na Amazônia Legal, que, segundo a CPT, é estimulada pelo governo

COVID-19

Vacina muda o perfil de quem está internado com coronavírus

Uma mudança no perfil dos pacientes hospitalizados com covid-19 neste ano é o destaque do último boletim epidemiológico feito pelo Núcleo de Intelligência Médica do HCor (antigo Hospital do Coração). A análise comparou o total de 2.277 internados entre 2020 e 2021 com os 423 pacientes hospitalizados em 2022. O resultado aponta o aumento da idade média e da proporção de comorbidades apresentadas pelos doentes.

Do início da pandemia até o ano passado, a idade média dos pacientes hospitalizados era de 61,7 anos. Em 2022, houve o acréscimo de uma década (71 anos). Ao mesmo tempo, a grande maioria (91,9%) dos internados apresenta três ou mais comorbidades. Até 2021, esse índice era de 64,4%.

“Podemos inferir que a vacina cumpriu o papel de reduzir os casos graves de covid-19 porque as pessoas com

menos comorbidades praticamente desapareceram do hospital”, observa a epidemiologista Suzana Alves da Silva, coordenadora do Núcleo de Intelligência Médica do HCor.

Apesar do perfil de maior risco da maioria dos internados em 2022, a necessidade de UTI diminuiu de 37,1% para 29,1%, enquanto a de ventilação mecânica caiu de 8,3% para 5,2%. “Essa tendência mostra que as vacinas continuam tendo um bom efeito protetor contra a covid-19, mesmo na onda ômicron. Estudos recentes indicam que as vacinas também reduzem sequelas da infecção pela atual variante”, afirma Esper Kallás, professor da

Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

Não imunizados

Entre os hospitalizados no HCor neste ano, 31,8% não haviam recebido uma dose sequer da vacina. A taxa de letalidade foi de 5,5% entre os imunizados e de 9,9% entre os que não receberam as doses. “Minha percepção pessoal é de que boa parte da população ainda tem grande desconfiança em relação aos eventos adversos. As pessoas precisam entender que a mortalidade e a taxa de internação despencaram depois da vacinação. É uma ótima notícia. O benefício

da imunização supera em muito qualquer risco que ela possa trazer”, ressalta Suzana.

Ainda segundo a médica, é fundamental que pacientes de risco e seus parentes entendam a importância da vacinação. Um exemplo da proteção conferida pelas doses é que os óbitos no hospital praticamente zeraram entre os pacientes acima de 40 anos com uma ou duas comorbidades.

Atualmente, as mortes na instituição ocorrem em pacientes com múltiplas doenças e acima de 80 anos. “Até o ano passado, esse grupo representava 12% dos óbitos. Agora ele é de 19%”, salienta a médica.

71 ANOS

é a atual média de idade do paciente hospitalizado com covid-19

5,2%

é a média, hoje, dos internados com o coronavírus que precisam de ventilação mecânica